



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 4.749, DE 2016

Tipifica a conduta do parente da vítima, consanguíneo ou por afinidade, do médico, da autoridade religiosa, do professor ou do responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino que deixa de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos ou de abuso sexual contra criança ou adolescente, além de exacerbar a punição desses delitos caso praticados no âmbito de instituição de saúde, religiosa, educacional, de assistência social ou recreativa, públicas ou privadas.

EMENDA ADOTADA 1

Dê-se ao parágrafo 5º do artigo 136 constante do artigo 2º do Projeto de Lei em epígrafe a seguinte redação:

"Art.136.....
.....

§ 5º Incorre nas mesmas penas impostas no caput e nos parágrafos anteriores, o parente da vítima, consanguíneo ou por afinidade, a pessoa com a qual a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade, o profissional de saúde, o profissional de educação, a autoridade religiosa ou o responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino que deixa de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo sinais, evidências ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente, ressalvada a hipótese em que a ciência se deu em razão de confissão religiosa.

....."

Sala da Comissão, em 23 de outubro de 2019.

Deputado ANTÔNIO BRITO
Presidente